

ATA DA 58ª SESSÃO PLENÁRIA DO CONEMA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e quinze, no auditório da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, foi realizada a 58ª Sessão do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONEMA, com a presença do Senhor Secretário do Ambiente, André Corrêa (Presidente), Mauricio Couto Cesar Junior (Secretário Executivo) e dos Conselheiros Jorge Luiz Paes Rios (ABES), Verônica da Matta (ALERJ), Jorge Antônio da Silva (APEDEMA), João Eustáquio Nacif Xavier (ANAMMA), Alceo Magnanini (Reserva da Biosfera), Elisa S. Bento (DRM), Harley Moraes Martins (CRQ-RJ), Felipe da Costa Brasil (CREA-RJ), Leopoldo Carriello Erthal (FAERJ), Paulo Pizão (FIRJAN), Rogério de Lima e Silva Caldas (OAB), Maria Teresa de Jesus Gouveia (REARJ), Alberico Martins Mendonça (SEAPEC), Jorge Fernandes da Cunha Filho e Luiz Antônio de Almeida e Silva (SEDEIS) e Úrsula André Hallais Issa (SEDRAP). Como convidados, tivemos a participação dos Deputados Luiz Paulo, Paulo Ramos, Dr. Julianelli, Wellington Coimbra (COHIDRO), Miguel Figueiredo, Rolf Dieringer, Adacto Ottoni (Engenheiro e Professor da UERJ), Rosilene Brives (Movimento dos Atingidos por Barragens), Genildo da Silva Moura, Antonio Manuel G. Rato (Gabinete Dep. Luiz Paulo), Rodrigo Aguiar (Sec. Agricultura Cachoeiras de Macacu), Tiago Gurge, Flavia Teixeira, Antônio Kampffe (INEA), Luiz Henrique Galerani (SEA). O Senhor Secretário do Ambiente e Presidente do CONEMA, Senhor André Correa, iniciou a reunião às 10h10min, agradecendo a presença de todos, em especial os Deputados Luiz Paulo, Paulo Ramos e Dr. Julianelli. Iniciou dizendo que assumiu o compromisso público de que não será feita nenhuma intervenção física de obra, tendo usado a seguinte expressão “que não gastará nenhum centavo do orçamento em cimento antes de equacionar a situação fundiária dos moradores da região”. Continuou dizendo que hoje haverá discussão técnica, primeiramente para conhecimento do projeto executivo feito pela Secretaria, que será apresentado pelo Sr. Wellington Coimbra, da COHIDRO. Após, o Professor Rolf Dieringer e o Engenheiro Civil e Professor da UERJ, Sr. Adacto Ottoni, com vinte minutos para cada apresentação. **1) O Sr. Wellington Coimbra**, representante da empresa COHIDRO, falou do estudo feito para a Secretaria, do projeto técnico que está em andamento, que o estudo foi feito inicialmente com trabalhos de campo, topografia e estudos de Geotecnia. Falou ainda do plano diretor feito em 1985 pela CEDAE e que já tinha preocupação pelo abastecimento das cidades do leste. Os estudos mais importantes são estes de 1985 e os de 2010. Apresentou os estudos do Reservatório do Guapiaçu e falou de dois estudos que merecem destaque no âmbito do Abastecimento de Água da Região, o Plano Diretor de abastecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro, feito pela CEDAE em 1985, que apresentou como solução a implantação de sete reservatórios na bacia do Macacu/Caceribu e o projeto Macacu Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu/Macacu feito pela UFF em 2010. Neste último, foram desenvolvidos estudos hidrológicos, confirmando cinco possíveis sítios/reservatórios, definidos localização, volume, área do espelho e a vazão regularizada para cada reservatório. Estes estudos desenvolveram a projeção populacional e o balanço hídrico, definindo a necessidade de água até o horizonte do ano 2035. Nesta apresentação foi mostrado o projeto Macacu, a projeção da população considerando a influência do COMPERJ, alternativas de sítios barráveis, propostos pelo plano diretor da CEDAE/1985. Projeto Macacu – UFF 2010/projeção da população considerando a influência do COMPERJ; Projeto Macacu – Horizonte 2035/demanda de água considerando influência do COMPERJ; Balanço hídrico considerando a influência do COMPERJ, considerando sua disponibilidade x sua demanda; Alternativas de Sítios Barráveis propostos pelo Plano Diretor feito pela CEDAE/85; Alternativas de Eixos Barráveis estudadas; Alternativas propostas pelo projeto Macacu: Sítio Caceribu, Sítio Soarinho, Sítio Tanguá, Sítio Guapiaçu montante – UF; Alternativos sítios Guapiaçu montante e Guapiaçu jusante/UFF/2010; Alternativo sítio Guapiaçu jusante – UFF – 2010; Projeto Macacu – UFF/ 2010/resultado das alternativas estudadas: Sítio estudado e sua Bacia Hidrográfica: Guapiaçu montante (Bacia do Rio Macacu), Tanguá (Bacia Caceribu), Caceribu (Bacia Caceribu), Soarinho (Bacia Macacu), Guapiaçu Jusante (Bacia Macacu); Projeto básico - Guapiaçu jusante; Caracterização da alternativa escolhida; Projeto básico - Guapiaçu jusante; Curva cota x área x volume; Projeto básico - Guapiaçu jusante; Projeto básico - Guapiaçu jusante; Localização; Casa de bombas do Sistema Imunana; Espelho d’água – área de inundação; Área desapropriada para remanejamento do pessoal; Localização; Arranjo geral da Barragem; Seção transversal vertedouro com tomada d’água; Seção transversal do vertedouro; Vista frontal da barragem; Seção transversal da tomada d’água. Terminando a apresentação, o Conselheiro Paulo Pizão, representante da FIRJAN, perguntou a quantidade de famílias atingida. O Sr. Wellington Coimbra informou que na margem direita 236 propriedades, na margem esquerda 96, por tamanho, propriedade totalmente

60 atingida representa 185, parcial 68, indiretamente 185, com um total de 332 propriedades atingidas.
61 O secretário explicou após vários questionamentos que foram feitos vários debates de forma
62 política, que este fórum é técnico, que na última reunião respondeu ao representante da OAB que
63 não tem um milímetro dessa água para o COMPERJ, a água do COMPERJ vem do sistema de
64 reuso da Cedae. O Deputado Júlio Américo questionou o Secretário, sobre a afirmação de que não
65 gastará nenhum saco de cimento enquanto os problemas fundiários da população não forem
66 resolvidos. O secretário respondeu que a decisão de fazer a barragem já está tomada, resta
67 discutir qual e onde vai ser feita e aquela que vai ter o menor impacto. **2)** Iniciando a apresentação
68 do **Sr. Rolf Dieringer**, Engenheiro Agrônomo e Diretor do Sindicato de Produtores Rurais de
69 Cachoeira de Macacu, que tem 30 anos trabalho na área e que conhece todos os problemas
70 técnicos de agronomia e de água. Explicou que esse levantamento foi feito em torno de 5 anos e
71 há mais de dois anos vem colocando em reuniões nas Câmaras Técnicas. Falou que não é uma
72 grande barragem que vai resolver o problema da água. O maior problema é a degradação
73 ambiental, se barragem fosse resolver o problema Cantareira estaria cheia. Resolvido esse
74 problema, teremos uma maior quantidade de água. Disse que existe hoje um consenso dentro dos
75 Comitês de Bacias, do CREA, Associação Brasileira de Geografia, Associações de Engenheiros e
76 de Agrônomo do Rio de Janeiro, sobre o problema da água em função do meio ambiente.
77 Continuou dizendo que existem outros problemas com relação à construção dessa barragem que
78 foram ignorados pelo EIA/RIMA. Que existem vários dados que mostram de forma clara projetos de
79 recuperação dessas áreas, recuperando assim as bacias. Finalmente, ponderou que não seria
80 preciso fazer uma grande barragem e sim pequenas barragens. **3)** Em seguida, o **Prof. Adacto**
81 **Otoni**, Coordenador do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da UERJ, iniciou explicando
82 que a opção de barragem é do estado que teve dinheiro para bancar os estudos, mas sugere que
83 sejam estudadas soluções alternativas com mais sustentabilidade ambiental. Informa que tem
84 realizado estudos em monografia de graduação de alunos da UERJ, onde a análise hidrológica foi
85 feita com base em dados brutos de medições pluviométricas existentes, que são os dados
86 existentes mais confiáveis disponíveis. Justificou que alguma insuficiência no estudo que irá
87 apresentar foi devido ao tempo e aos poucos recursos e que foi feito, como disse, com ajuda de
88 seus alunos na UERJ. O foco do projeto apresentado pelo Estado é a construção de barragens e
89 que não foi mostrada outra alternativa. Falou que a apresentação realizada pelo Sr. Wellington não
90 focou os problemas ambientais, e que deveriam ter sido quantificados os impactos gerados pela
91 barragem. O rio não é só um corpo de água para atender o abastecimento humano e a sua
92 biodiversidade deve ser preservada, bem como a saúde ambiental da bacia hidrográfica como um
93 todo. Continuou dizendo que a barragem não irá acabar com as enchentes na região, pois o
94 reservatório é de estiagem, onde o excesso de água irá escoar para jusante através dos vertedores
95 da barragem. Disse ainda que o EIA/RIMA informou que a barragem irá causar eutrofização,
96 degradando a qualidade da água, que irá inundar áreas de solos férteis. A água ficará contaminada
97 com matérias orgânicas, deixando de servir na produção dos agricultores. Não existe medida
98 mitigadora para evitar esses impactos ambientais negativos, vai gerar assoreamento, afetar o
99 regime do rio e que a água vai ficar estagnada. Portanto, propôs a regularização espacial de
100 vazões, garantindo mais água para a população, dentro das disponibilidades hídricas das bacias
101 hidrográficas dos rios Guapi-Açu e Macacu, com valorização ambiental de suas bacias
102 hidrográficas drenantes. Uma barragem é uma regularização pontual, não vai garantir o
103 abastecimento, que seu discurso não é contra barragem. Sua crítica é que nada foi falado com
104 relação aos impactos na área ambiental, que uma obra desse tamanho vai gerar problemas
105 gravíssimos ao meio ambiente. Falou da falta de alternativas destes estudos no EIA/RIMA, dos dois
106 mil hectares de área que seriam inundados, e 12 milhões de árvores derrubadas (conforme
107 informado na palestra do Rolf), dados esses questionados pelo Secretário. Em paralelo às
108 necessárias atuações de reflorestamento da bacia hidrográfica deve-se implementar,
109 emergencialmente, obras e intervenções de engenharia para aumentar a capacidade de retenção
110 hídrica e recarga da água subterrânea. O **Secretário** perguntou se o que está sendo proposto são
111 obras de recarga e falou que uma coisa não exclui a outra porque são complementares. Para
112 entender essa parte de árvores, 2 mil hectares de área, disse que se toda área estivesse plantada
113 teríamos no máximo 5 milhões de árvores. Respondendo, falou que se tem algum estudo de
114 EIA/RIMA em análise, essa análise já foi suspensa lá atrás, e que merece um debate ambiental
115 qualificado, que será marcado em data oportuna um debate ambiental qualificado. Falou para o
116 professor Adacto que apresentasse em linhas gerais em concepção e pediu que apresentasse em
117 linhas gerais o quanto custa para investir, o que deveria ser feito formalmente através de contato
118 do Secretário com o Reitor da UERJ. **Foi aberto o debate**, e o secretário passou a palavra para o

119 **Conselheiro Professor Alceu Magnanini (Reserva da Biosfera)**, que falou que do ponto de vista
120 hídrico apenas o primeiro estudo foi muito bem feito. Falou se muito de água e de vazão e não se
121 falou de vazão de água cheia de sedimentos. Metade do que cai numa barragem, quando a bacia
122 de capacitação está desprotegida, metade é sedimento areia e argila. Não é o efeito da barragem
123 sobre o meio ambiente, sobre as pessoas, é o efeito que o meio ambiente vai produzir nas
124 barragens. Como exemplo, citou a mesa inclinada quando um copo vira, a água corre
125 imediatamente. Mas se a mesa estiver coberta com um cobertor não cai água nenhuma. A mesma
126 coisa acontece na natureza. Citou exemplos como Cantareira e Anil. Falou do novo Código
127 Florestal que diz que topo de morro é livre para atividade agropecuária, que deveria ser floresta. A
128 floresta é uma represa, não deixa a água cair. O **Conselheiro Professor Jorge Rios** disse que o
129 projeto foi feito para a CEDAE, que a firma que ele trabalhava fez o trabalho para a CEDAE, que
130 não tem uma tradição de barramento. As barragens usadas são da Light, tendo coordenado o
131 projeto. Informou que fez uma palestra sobre o assunto e visitou a obra da Cantareira. Sua
132 inauguração se deu 1973, em 1983 a vazão foi duplicada e que a cidade cresceu e nada foi feito
133 em relação à demanda de água até hoje. Hoje tem invasão por todos os lados. O Secretário
134 Executivo passou a palavra a **Sra. Rosilene Brives**, deu bom dia para todos, se apresentou
135 dizendo que faz parte do movimento dos atingidos por Barragens e pediu desculpas por não ser
136 técnica, e entregou uma pauta de reivindicações e fez a leitura de uma carta, ambas anexadas a
137 está, com manifestações de toda a contrariedade, com a possibilidade de construção da barragem
138 do Guapiaçu e citando os problemas que causariam a construção de barragem na região. Solicitou
139 que fosse feito um estudo claro. Foi passada a palavra ao **Sr. Gustavo**, professor e geógrafo, que
140 falou que irá se posicionar sempre que for necessário, que entende que é uma câmara técnica que
141 nem tudo que é falado está escrito e por estar escrito virou fato. Elogiou o estudo, mas disse que
142 faltam dados importantes, que é a melhor água do Estado. O Deputado Dr. Julianelli pediu que
143 todos os Conselheiros se apresentassem o que foi feito. Em seguida foi passada a palavra ao **Sr.**
144 **Genildo da Silva Moura**, que falou de sua mãe que foi uma pessoa que ajudou a formar o
145 município de Cachoeira de Macacu. Perguntou aos técnicos quantos milhões foram liberados para
146 o nosso Brasil. Falou que a crise não é só no Estado do Rio de Janeiro, que é uma crise nacional.
147 Informou que em cerca de 5 mil municípios faltara água pelos dados da ANA. Deixou bem claro
148 que gostaria de pedir perdão ao Sr. Antônio da Hora quando falou que o estado tinha matado sua
149 mãe por conta desse assunto. Terminou dizendo que não será uma grande barragem que ira
150 resolver o problema de falta de água do Rio de Janeiro. A **Conselheira Maria Teresa Gouveia**,
151 representante da Rede de Educação Ambiental, pediu que fossem colocadas em ata suas
152 colocações. Disse que pelo que entendeu o EIA/RIMA foi rejeitado e que seriam consideradas
153 todas as questões das alternativas. Vão ser consideradas no momento da LP a falta de alternativas
154 tecnológica e locais, propostas feitas pelo Rolf e pelo Adacto. Falou em especial para
155 tomarem cuidado quando usar esses argumentos técnicos, que hoje em dia o saber popular é
156 considerado inclusive pela academia como um saber a ser considerando igualmente junto com o
157 saber técnico. Explicou que técnico é você saber e aplicar, que não peçam desculpas por estarem
158 em um lugar onde a fala é técnica e a fala de vocês não serem consideradas por não terem esse
159 conhecimento técnico. O **Secretário Executivo** disse que como o Secretário já falou o processo
160 está suspenso para incluir o que foi apresentado hoje e que será acrescentado em nova instrução
161 técnica. O **Secretário** falou que o EIA/RIMA não foi negado, mas sim vão ser solicitados novos
162 estudos complementares com base nesse debate. **Deputado Luiz Paulo** agradeceu o convite do
163 secretário. Falou que na Assembleia Legislativa está presidindo uma CPI para analisar a crise
164 hídrica do Estado e não somente da região. Que veio mais no intuito de ouvir, que o deputado
165 Paulo Ramos já tinha solicitado na Assembleia que fosse levando pelo menos dois palestrantes,
166 um para falar sobre o projeto da barragem e outro para falar sobre projetos alternativos, visto que a
167 CPI não faz audiência pública. Falou que a discussão de hoje traz alguns dados que ele considera
168 relevantes. Disse também que é do ramo da Engenharia Civil, **1)** é consenso na CPI que o
169 desperdício de água no estado é gigantesco, superior a 30% do volume produzido em todo o
170 sistema, quer seja no Sistema Guandu, quer seja no Sistema Imunana Laranjal, **2)** a política de
171 reflorestamento, de recomposição das áreas degradadas é fundamental para melhorar a captação
172 hídrica da região, porque todas as soluções técnicas seja de barragem seja de tomadas de água de
173 forma isolada não aumentam o volume de água que incidem naquelas calhas. Elas simplesmente
174 represam. Se você abandona a ideia de recomposição ambiental vamos continuar a ter problemas,
175 talvez adiando um pouco mais até aquele rio ficar com volume totalmente insuficiente em função da
176 erosão. O calculista hidráulico mostrou os volumes a ser barrados, dizendo que 10% do total é
177 volume morto, e que talvez naqueles 20 anos previstos para 2035, 10% do fundo daquela

178 barragem será assoreada. Evidente que este percentual não teve nenhuma exposição técnica
179 porque continuando a degradar pode ser que mais de 10% de resíduos sólidos estejam ali no fundo
180 com mais velocidade. Que verificou pela solução que ele chamara de **Plano B** explanadas pelos
181 dois profissionais. Ela mereceria um detalhamento técnico mais aprofundado feito pelo INEA com
182 assessoria dos senhores, e que fosse gasto algum recurso para aprofundar esses estudos, que
183 não dá para comparar um estudo preliminar com projeto final de engenharia. É necessário melhorar
184 estudos do **Plano B**. Exemplificou que o sistema quando na época de Carlos Lacerda fez a
185 ampliação do Guandu para o ano 2000, os pequenos reservatórios foram abandonados e todos
186 eles fazem falta hoje, que estes pequenos reservatórios hoje poderiam ser soluções pontuais para
187 diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro. Pensar em pequenas barragens nos três rios aqui
188 expostos, pensar em reflorestar com grande intensidade as áreas de pastagem que estão lá seria
189 uma solução importantíssima para que a água se infiltrasse no solo e recuperasse o lençol freático.
190 Pode ser um estudo que vai valer como uma solução final ou um estudo complementar. Tem que
191 necessariamente ser executado, porque aqui é a Secretaria do Ambiente e o secretário é um
192 especializado no assunto. O que concebe em qualquer estudo dessa magnitude é a questão da
193 sustentabilidade. E Sustentabilidade são aspectos Sociais, econômicos e ambientais.
194 Sustentabilidade não é uma palavra solta, é o somatório desses três aspectos. Ponderou que se
195 avalie os estudos do Plano B, se tire as dúvidas complementares que existem no projeto do Plano
196 A, da degradação, se o volume morto vai ser realmente de 10%, questões do tempo de recorrência
197 das chuvas, questões das vazões. Mais precisão em relação a essas questões para depois ter uma
198 conclusão definitiva. Está projetado para daqui a 20 anos, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá,
199 Cachoeira de Macacu estarão precisando de 6 m³, que hoje em 2015 já se precisa de 2m³. Hoje o
200 sistema Imunana Laranjal já fornece 2 m³ a menos. Será que o plano B já não pode fornecer estes
201 2 m³? Não está respondido. Tem um grande defeito hoje nos estudos de EIA/RIMA de maneira
202 geral, a empresa contratada faz um macro estudo de diversas soluções, e como macro estudo as
203 compara e escolhe uma. Não viu Estudo de alternativa, viu um estudo e um macro estudo de todas
204 as bacias. Temos que dar uma oportunidade do plano B ser detalhado. Deputado Paulo Ramos
205 falou do tempo de convivência com o secretário na assembleia legislativa, que o Deputado Júlio
206 Américo chegou agora e já convive bem com todos. Quer dizer publicamente que confia na boa fé
207 do nosso secretário, Deputado André Correia. O propósito do enfrentamento da crise hídrica,
208 implementação de proposta que tem como objetivo levar água para a população, que hoje ainda
209 tem muita gente que não recebe água nenhuma que vive de poço artesiano. Que não entende que
210 gato para consumo seja desperdício. A água não pode ser submetida ao lucro, a água é essencial
211 para a vida que até quem faz greve de fome tem direito a água. Não podemos esquecer as
212 questões sociais e as questões ambientais. Tecnicamente todos nós já sabemos, mesmo não
213 sendo técnicos. Sabemos que barragem não é solução para existência da água, é uma forma de
214 acumulação para a distribuição da água. Estamos diante de uma emergência. Não vou assumir
215 nenhuma posição. Defendeu a produção de Cachoeira de Macacu. O licenciamento ambiental não
216 pode ser provisório. Apelou à secretaria, que tem possibilidade de aproveitar esse conhecimento,
217 para fazer um estudo mais aprofundado, com mais dados, para que possamos ter uma melhor
218 avaliação. O Secretário teceu considerações, dizendo que aprendeu mais com esse debate, e que
219 os estudos vão ser mais aprofundados. Falou sobre as áreas que vão ser reflorestadas e falou
220 também que está sendo lançado um banco de áreas de terras para quem quiser disponibilizar
221 terras e para quem tem obrigação de plantar. Perguntou se todos os rios foram estudados.
222 Sabemos que a empresa que ganhou é uma empresa conceituada. Voltou a afirmar que não vai
223 avançar enquanto não forem resolvidas todas as questões fundiárias. O Deputado Dr. Julianelli
224 agradeceu o convite. Falou de sua participação na CPI, agradeceu ao Professor Adacto e ao Rolf,
225 dizendo que é uma discussão que tem que ser feita de uma maneira ampla. Disse que faz dele as
226 palavras do Deputado Paulo Ramos, que é necessário um plano alternativo. Falou que a represa
227 não vai aumentar a vazão, mas sim a recuperação das áreas. Deu sua posição contrária por
228 entender que o projeto dessa barragem irá trazer um custo social enorme. O Secretário agradeceu
229 a presença de todos, pediu desculpas porque precisa sair e passou a palavra ao Secretário
230 Executivo, o Sr. Mauricio Couto, que passou a palavra ao Sr. José Maria disse que é engenheiro
231 florestal, com mais de 30 anos de formado, e que principalmente em relação ao abastecimento
232 público de água, a preocupação é ficar dependente de um único sistema de abastecimento de um
233 recurso tão vital. O Secretário Executivo do CONEMA encerrou a sessão às 12h40min. Rio de
234 Janeiro, 26 de novembro de 2015.